

**ANTÓNIO QUADROS. *PORTUGAL, RAZÃO E MISTÉRIO:*
A TRILOGIA, LISBOA, FUNDAÇÃO ANTÓNIO
QUADROS/EDITORA ALMA DOS LIVROS, 2020.**

**Annabela Rita
UL-FL-CLEPUL**

Portugal, Razão e Mistério: a Trilogia (2020), de António Quadros: “A derradeira palavra” (António Quadros Ferro).

A sua distribuição precedeu em alguns dias apenas o confinamento. respondendo ao já longo questionamento sobre o 3º vol. da obra, anunciado e nunca editado, resolvendo o mistério do seu desaparecimento.

Agora, a obra surge completada e emoldurada por um paratexto que lhe potencia a sedução, encenando um colóquio entre desaparecidos e colegas ‘de pena’, com modalizações que não comento para evitar alongar-me, mas que constituem importante moldura desta obra notável: de Mafalda Ferro, Joaquim Domingues, Pinharanda Gomes e Francisco da Cunha Leão, em pórtico, e, no fim, de Pedro Martins, encerrando com a última entrevista do autor por Antónia de Sousa (*Diário de Notícias*, 11/3/1993). Nesta, a última fala replica-se em epígrafe ao volume como “*mensagem*” aos concidadãos, recuperando a que encerra a *Mensagem* (1934) de Fernando Pessoa aos seus *Fratres*. 86 anos depois de Pessoa, 33 anos depois de se instalar “o fantasma do terceiro livro de *Portugal, Razão e Mistério*”¹.

E é António Quadros que me acolhe em *chiaroscuro*: a escrever e a assinar a obra, informal e jovem (primeira foto) e formal e marcado pelo tempo (segunda foto), imerso no projecto e assumindo-o publicamente em dedicatória indecifrável, voltado para um antes e depois dele e de cada um de nós, leitores, de olhar fixo nessa mensagem que lega aos leitores, contemporâneos e vindouros. Entre ambas as fotografias, foi o tempo da obra e do mistério. Em jeito de cerimonial de iniciação que o Anjo do Reino de Portugal de Diogo Pires o Moço (séc. XVI), replicará no limiar do texto.

Seguiu-se a leitura. Apetece dizer: a revisitação de um imaginário identitário nacional longamente (re)configurado numa perspectiva messiânica, providencialista, de missão, a mais prolongada e assente na cristofania de Ourique. De autores como Fernão de Oliveira (1507–1581), com *História de Portugal*, Bernardo de Brito (1569-1617) e António Brandão (1584–1637), com

¹ Carta a António Telmo de Janeiro/1987 [<http://antonioquadros.blogspot.com/2012/01/o-3-volume-de-portugal-razao-e-misterio.html>]

Monarchia Lusytana [1597-1609, obra que outros continuaram], Frei Sebastião de Paiva (1600-1659), com *Tratado da Quinta Monarquia* [1641], Padre António Vieira (1608 -1697), com *História do Futuro* [1664] e *Chave dos Profetas* [1666-67], passando por Fernando Pessoa (1888-1935) e o grupo da Filosofia Portuguesa, com destaque para António Telmo (1927-2010), e os seus ‘continuadores’ mais ou menos ‘alinhados’ (como António Macedo, Manuel J. Gandra, Paulo Loução, etc.) até autores recentes (caso de Freddy Silva com *Portugal - A Primeira Nação Templária*, 2018)... mantém-se, no fundamental, o conceito de Portugal como uma nação que emerge e se impõe com uma *missão no mundo*. Mesmo na diferença às vezes mais visível na diversidade de periodologias da história nacional (António Telmo, Manuel J. Gandra e outros) ou de horóscopos (Fernando Pessoa, António Telmo, João Medeiros). Mesmo quando o conceito de ‘destino’ (Joaquim Veríssimo Serrão) cede ao de ‘vocalização’ (Miguel Real) ou ao de ‘mito identitário’ (José Eduardo Franco) num itinerário cujo pano de fundo é o do ocaso das identidades nacionais (desde Benedict Anderson, passando por Patrick Geary). Ao fundo, desenvolve-se a crise das nações tal como elas foram sendo pensadas em pleno *désenchantement do monde* (Max Weber, Marcel Gauchet), progressivamente esvaziadas de princípios espirituais (Renan) e distanciando-se do ‘ser vivo’ (Herder) sujeito a ciclo biológico: passa a ser encarado como construção organizada em ‘estado’, codificado em constituições e sistemas legais, com um território... tudo isso a dissolver-se na globalização que vivemos, na sociedade das redes sociais em que nos vemos reflectidos. E é com e contra esta moldura e pano de fundo que a singularidade desta *Trilogia* se destaca e recorta!

Como trilogia, organiza uma *visita* em 3 etapas a um conhecimento da identidade nacional portuguesa sistematizado: desde a génese e fundamentos (“Uma Arqueologia da Tradição Portuguesa | Introdução ao Portugal Arquétipo | A Atlântida Desocultada | O País Templário”), passando pela definição da razão de ser, estar e fazer de Portugal no Mundo, da sua funcionalidade (“O Projecto Áureo ou O Império do Espírito Santo | O Império segundo Dinis e Isabel | O Império segundo Avis | Os Painéis de Nuno Gonçalves e a «*religião de Avis*»”), e concluindo-se com o eucarístico rito graálico (“O Cálice da Última Tule”) erguido para nossa comunhão 33 crísticos anos depois dos dois primeiros volumes da obra (I-1986 e II-1987). Compõe, como veremos, uma *iniciação*.

Do passado ao futuro que o rememore, esta trilogia constitui-se como um *Livro do Apocalipse* (etimologicamente: de ‘revelação’) de António Quadros, o centro do seu cânone, o *desvelador*, mas também o lugar de chegada de toda uma tradição vocalizada e escrita desde as lendas às crónicas de Alcobça e Santa Cruz, passando pela bibliografia providencialista (de Bandarra a António Vieira), pela iconografia emblemática (com especial destaque para os Painéis ditos de S. Vicente, encenando uma enigmática e simbólica representação nacional que muitos têm tentado decifrar, adensando-a, com eles fazendo Quadros dialogar a sua hipótese de leitura), etc., tradição revisitada pelo grupo da Filosofia Portuguesa e que António Quadros sistematiza quase heraldicamente nesta obra. “O seu mais ambicioso projecto”, como diz Joaquim Domingues, “que se lhe terá revelado cada vez mais premente em face do agravamento, nos anos 70, da crise de identidade que afectava o País” (p. 12).

Numa espécie de ‘aviso à navegação’ a *acompanhar* a entrada de Portugal na CEE-UE (1985-

86), ergue o estandarte dessa sua memória identitária, evocando toda uma *tópica* que Fernando Pessoa organizou em espectral e heráldica galeria de convocações simbólicas e que Quadros vivifica com a sua omnipresença perspéctica, enunciativa. Como se Anjo da História (Walter Benjamin) ou Custódio de Portugal “no dealbar de um mundo disposto a transcender as ilusões, as alienações, as ligeirezas intelectuais e ideológicas destes últimos cem anos de positivismo e de materialismo, redutores da complexidade e da profundidade do espírito humano” (p. 44).

Num tempo de globalização em que as referências nacionais tendem a ser contrariadas (Benedict Anderson, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Patrick J. Geary, etc.) e/ou sombreadas por uma sociedade do espectáculo (Guy Debord) e pela espectacularidade manipuladora do visível ou a dissolver-se na *liquidez* (Zygmunt Bauman) e no relativismo (Franz Boas) e seguintes) culturais, na perda de referencialidade, *Portugal, Razão e Mistério: a Trilogia* (2020), de António Quadros, oferece-se como o tratado ou a *Bíblia* dessa hermenêutica da História de Portugal, dando, em grande angular, quer a leitura e a *tópica* em que ela se organiza como caso “*sui generis*” (*sic*), à margem de projectos *imperiais* estritamente políticos (europeus) e religiosos (Roma), quer a sua própria fundamentação disciplinar.

Assim, este “Palácio da Memória” colectiva, do “projecto áureo português”, justifica-se nessa *singularidade confluyente* (Grael, Ourique, V Império) como a única *ilação relacional* da memória colectiva que embebe a diversidade das suas expressões, inencontrável “nos documentos de chancelaria, nas ordenações ou nas crónicas” (p. 356), os únicos que a História positivista elegia e aceitava. Leitura, portanto, com uma metodologia própria, diferente da do paradigma positivista, como esclarece:

“Toda a escrita é composta de sinais ou de signos, formando as palavras e as locuções que, por seu turno, no contexto da frase, do período, do poema, do livro, ascendem gradualmente do signo para a metáfora, para a alegoria e para o símbolo.” (p. 357)

Assumindo esta posição, António Quadros oferece-se como exemplo geracional de *amadurecimento* “de quem, como nós, frequentou o Curso de *Ciências Histórico-Filosóficas* da Faculdade de Letras de Lisboa nos anos 40, dominado pelo império do positivismo” (p. 490): o historiador aspirando “ao voo livre de uma filosofia do espírito” (p. 490) suficientemente *iluminadora*, *desveledora*, enfrentando o “preconceito de uma *história científica*” (p. 491). Em “A História: ciência positiva ou conjugação filosófica de saberes?” (pp. 491-499), enuncia, quiçá, a melhor argumentação a favor de uma História- “conjugação filosófica de saberes”:

“Em nome de uma positividade que julga segura, mas é limitada e limitativa, não pode descartar saberes que *a priori* considera herméticos ou incertos, devido ao seu preconceito positivista, como por exemplo os de ordem religiosa, mística e teológica, sagrada e mítica, metafísica e gnoseológica, artística e simbólica.

Para descobrir, desentranhar e revelar o substrato espiritual de uma estrutura cultural ou civilização em seu ser e movimento, o historiador, cuja preparação tem de ser pois multifacetada, há-de recorrer a uma heterogeneidade de fontes, escritas e não escritas, paleográficas e tradicionais, filológicas e iconológicas.

A história ser-lhe-á não uma exposição de factos, mais ou menos coloridos por uma teoria ou ideologia ordenadora, mas uma conjugação de saberes articulados pela razão, uma conjugação filosófica de saberes positivos e supra-positivos.” (pp. 498-499)

Uma História com diferentes cartografias: a “oculta” ou “secreta” do grupo da Filosofia Portuguesa e dos que a antecederam, mas também dos seus seguidores (Manuel J. Gandra e outros), que perscruta o imaginário colectivo (Lucien Boia. *Pour Une Histoire de L’Imaginaire*, 1999) e as Histórias ‘Sagradas’, ‘Lendárias’, ‘Míticas’, a ‘Intra-História’ e a ‘História não contada’ (desde os velhos cronistas a autores actuais como Juan G. Atienza)²...

Eis-nos, pois, a escutar esse canto das Sereias-Sibilas que nos arrastam para um vórtice em que o processo de conhecimento exige outro GPS que não o mecânico, documenta. António Quadros oferece-nos o seu, erguendo-o como libelo, em jeito de Arauto de um Delfos nacional. Que assim seja lido!

²Remeto para a reflexão que desenvolvi sobre esta problemática no meu *SFUMATO. Figurações in Hoc Signo. Na senda da identidade nacional* (Lisboa, Edições Esgotadas, 2019), com vasta documentação anexa.